

FALANDO DE MEMÓRIA¹

Mário Sérgio Demarzo²
Janaína Florinda Ferri Cintrão³

Resumo: O presente resumo é oriundo de parte do trabalho “A (DES)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA NA CIDADE DE ARARAQUARA (SP)”. Falar da memória é extremamente importante, pois é evidente sua presença obrigatória no estudo de inúmeras áreas do conhecimento das ciências. Estudar a Cultura ou uma cultura em particular não deixa de ser buscar, recuperar e registrar memórias. As ciências sociais parecem estar na linha de frente dos estudos e utilização da memória. Veja-se, por exemplo, a História, guardiã do desenrolar dos acontecimentos humanos ou a Sociologia, atenta aos fenômenos da sociedade em particular e como um todo. Não é possível estudar o fenômeno do Poder ou a Ideologia, sem que seja necessário debruçar-se sobre o tema da memória. Por outro lado, a Psicologia e a Medicina buscam, na memória, entender e tratar de inúmeros desvios da saúde. No plano individual, a pessoa que perde a memória torna-se um simples apêndice social, como, exemplificadamente, os portadores do Mal de Alzheimer. Ao cabo, o sentimento do que somos, a consciência de ser, correspondem às nossas memórias, conforme BOSI (1994, p. 44). Mesmo em nosso cotidiano, utilizamos a memória ao ler ou escrever, preparar alimentos, andar, etc. Mas o que é a memória, qual é a sua natureza, como pode ser classificada? Buscam-se algumas respostas ou, mais exatamente, uma aproximação a tais questões, revendo alguns autores acerca do assunto. Alguns deles, nessa tarefa, são de visita obrigatória: Henri Bergson (Matéria e Memória) parece ter centrado suas pesquisas mais num caráter filosófico; Maurice Halbwachs (A Memória Coletiva) aborda a questão mais sob um prisma sociológico, enquanto Joel Candau (Antropologia da Memória, 2005) traz importantes contribuições sobre o aspecto fisiológico da memória.

Palavras-Chave: Memória; Memória individual; Memória coletiva.

INTRODUÇÃO

Pode-se afirmar que em qualquer estudo, principalmente de ordem social, falar da memória adquire grande relevância, pois é evidente sua presença em inúmeras áreas do conhecimento.

Numa visão mais panorâmica, por exemplo, estudar a Cultura como categoria ou, mais especificamente, uma cultura em particular, não deixa de ser, ao cabo, buscar, recuperar e registrar memórias.

As ciências sociais parecem estar na linha de frente dos estudos e da utilização da memória. Veja-se, por exemplo, a História, guardiã do desenrolar dos acontecimentos humanos ou a Sociologia, atenta aos fenômenos da sociedade, em qualquer nível.

¹ O presente artigo é oriundo de partes da tese de doutorado “A (DES)CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA NA CIDADE DE ARARAQUARA (SP)”.

² Doutorando – Universidade de Araraquara (Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente); Mestre (UNIARA); Graduado em Direito (UNIARA), Ciências Econômicas (FCESM – Itajubá/MG) e Letras (FFCL – Santo André/SP); Pós-graduado em Direito Civil e Processual Civil (INPG/UNIARA).

³ Graduada em Ciências Sociais (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho); em Geografia (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jales); Mestre em Sociologia (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho); Doutora em Sociologia (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho). Docente do Instituto Nacional de Pós-Graduação e professora titular - regime integral - da Universidade de Araraquara.

Não é possível, igualmente, debruçar-se sobre o fenômeno do Poder ou da Ideologia, sem que seja necessário abordar o tema da memória. A Psicologia e a Medicina buscam, nela, entender e tratar inúmeros desvios da saúde. No plano individual, a pessoa separada de sua memória torna-se um simples apêndice social, como se pode verificar com os portadores do Mal de Alzheimer.

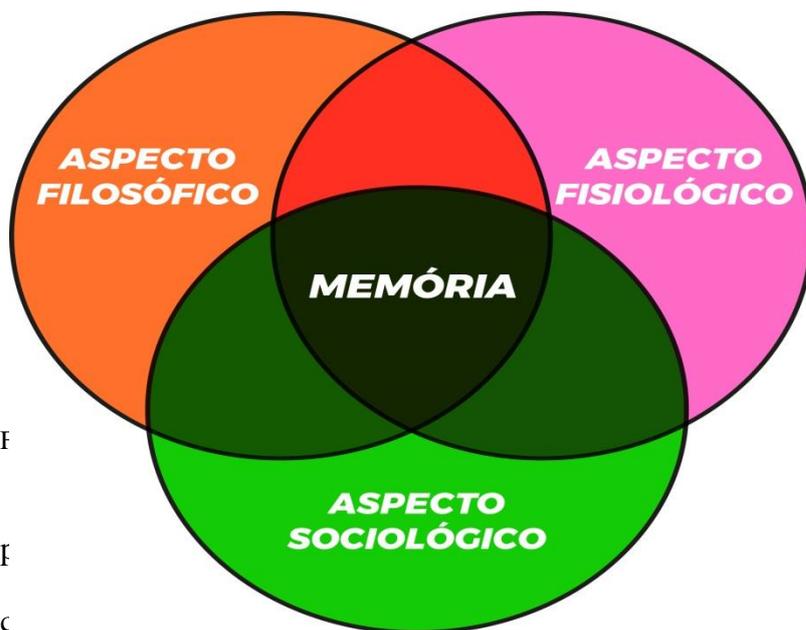
Ao cabo, o sentimento do que realmente somos, de nos apoderamos da consciência de ser, corresponde às nossas memórias, conforme BOSI (1994, p. 44).

A memória não se presta somente a recordações de modo geral. Em nosso cotidiano, nós a utilizamos mesmo em atividades corriqueiras como ler ou escrever, preparar alimentos, andar, etc. Há registro de que, a quem se retirou regiões do cérebro (para contornar epilepsia, nos anos 1950 e 1960) “já não memorizava as suas experiências cotidianas (ele esquecia-se, por exemplo, de que tinha acabado de comer). (CANDAUI, 2005: p. 28).

Há, portanto, vários tipos de memória, com naturezas diferentes. Busca-se, neste artigo, uma aproximação a tais questões, revendo autores fundamentais em importantes facetas da memória. Por evidente, não se pode pretender o esgotamento do tema.

Alguns autores, aqui, reivindicam presença evidente: Henri Bergson parece ter-se centrado mais num caráter filosófico; Maurice Halbwachs aborda a questão mais sob um prisma sociológico, enquanto Joel Candau trouxe importantes registros acerca do aspecto fisiológico da memória.

Figura 01 – Aspectos da memória a serem abordados



F
F
C

são didática muito objetiva,

aspectos básicos da memória,
eto, amiúde, como se disse,

de estudos que foquem perspectivas sobre qualquer sociedade.

Ao nos aproximemos de tal complexidade, desejamos revê-la minimamente, provavelmente para aproveitar, de modo mais claro, da compreensão dos informantes ou entrevistados, suas contradições e idiossincrasias, a partir de sua formação pessoal, participação social e capital intelectual, quando nos oferecem o que relatam em termos individuais ou coletivos.

VISÃO GERAL

“Nossa existência não é mais que um curto-circuito de luz entre duas eternidades de escuridão.”

Importante recordar que “o homem é o que seu trabalho for, somos uma espécie que se diferencia de todas as outras, na medida em que nós mesmos produzimos o nosso meio ambiente” e que somos capazes “de fazer história... de ‘eternizar’ a nós mesmos” (CODD, 1986: pp. 32/33). Todavia, a alienação é um fato “quando o nosso produto se rompe, se separa, se apresenta como estranho a nós mesmos, nos distanciamos, nos estranhamos, nos alienamos da nossa própria humanidade” (*op. cit.*, p. 34 – grifos nossos).

Ora, aparentemente, não há campo da atividade humana de que a memória esteja ausente, pois o homem somente é, existe, atua socialmente, se tiver memória ou, antes, dominar sua memória. Já houve quem dissesse que se quisermos observar a dinâmica da vida, bastaria olhar para um corpo sem ela. Recorde-se a seguinte observação:

Devido ao fato de que nossas espécies dependem mais da experiência do que do instinto, a vida não pode ser vivida sem a consciência de um passado pessoal; e alguém que a tenha perdido devido a uma doença ou envelhecimento é geralmente considerado como desqualificado para uma vida normal. (TOSH, 2011: p. 15).

Mas não se trata somente de memórias individuais. O mesmo autor completa: “Todas as sociedades têm uma memória coletiva, um depósito de experiência que é delineada para oferecer certo sentido de identidade e um sentido de direção”(op. cit., *ibidem*). A propósito, a “faculdade da memória, essencial ao indivíduo em todos os instantes da sua vida privada, desempenha um papel ainda maior na vida social” (CANDAUI, 2005: p. 10).

Quanto ao esquecimento – contraponto da memória – será oportunamente referido.

Assim, ao enfatizar a importância da categoria memória, pretende-se oferecer, num único espaço, as perspectivas que consideramos básicas em seu estudo (a partir, como se referiu, de autores com evidente relevância), como seu funcionamento, sua formação.

BERGSON E O ASPECTO FILOSÓFICO

Henry Bergson (1859 - 1941), defendia que a memória estabelecesse uma relação entre a “realidade do espírito” e a “realidade da matéria”. Segundo ele, tanto “é falso reduzir a matéria à representação que temos dela”, como, também, “fazer da matéria algo que produziria em nós representações” diferentes de sua natureza”, pois “a matéria, para nós, é um conjunto de ‘imagens’”, entendendo-se que uma imagem não é uma representação (visão idealista), nem uma coisa (visão realista), mas tem sua “existência situada a meio caminho entre a ‘coisa’ e a ‘representação’”(BERGSON, 1999: p. 1 e 2).

Assim é que “um homem estranho às especulações científicas” provavelmente se espantaria tanto com a afirmação de que o objeto existente diante de si somente existe em seu espírito, como, por outro lado, que ele seria bem diferente de sua cor ou a resistência que ele oferece (*op. cit.*: p. 2). Para o leigo, o objeto existe por si e a imagem que dele temos existe em si. A intermediação entre o conjunto de imagens que compõe o universo e meu cérebro é o meu corpo: “tudo se passa como se, nesse conjunto de imagens que chamo universo, nada pudesse produzir de realmente novo a não ser por intermédio de certas imagens particulares, cujo modelo me é fornecido por meu corpo” (BERGSON, 1999: p. 12).

Examinando o que ocorre, encontraremos “nervos aferentes que transmitem estímulos aos centros nervosos”, bem como “nervos eferentes que partem do centro,

conduzem estímulos à periferia e põe em movimento partes do corpo ou o corpo inteiro”: os movimentos centrípetos nos dão a *”representação do mundo exterior”*, enquanto os movimentos centrífugos provocam *“o deslocamento do corpo ou das partes do corpo”* (op.cit.: p. 13).

Haveria um sistema de imagens correspondente à *“minha concepção do universo”* e um sistema de imagens, elas mesmas relacionadas umas às outras que *“chamo de universo”* (op. cit.: p. 20).

Ora, se cada indivíduo tem sua própria percepção do universo, enquanto esse universo é um só, torna-se lícito concluir que a memória de uma pessoa pode não corresponder inteiramente à memória de outra, mesmo que o universo particular e específico compartilhado seja coincidente.

Esta seria uma primeira compreensão a ser adquirida pelo pesquisador no estudo da memória de um grupo.

Ecléa Bosi registrou interessar-se por Bergson, pela sua *“rica fenomenologia da lembrança”* e suas *“distinções de caráter analítico”*, verificando *“sua adequação”*, a qual pode ser comprovada *“ao longo das narrativas registradas”* em seu trabalho (BOSI, 1994: p. 43).

Ela recorda que o caminho dos estímulos referido por Bergson, a partir dos *“nervos aferentes”*, nem sempre retornam pelos *“eferentes”*, de tal sorte que, quando tais estímulos *“param”* ou *“duram”* no cérebro, não há como consequência uma **ação**, mas o estabelecimento de uma **representação**. Vale dizer que temos um *esquema motor* (imagem-cérebro-ação) e um *esquema perceptivo* (imagem-cérebro-representação). Tais esquemas de ação e percepção *“dependem, fundamentalmente, de um esquema corporal que vive sempre no momento atual, imediato, e se realimenta desse mesmo presente em que se move o corpo em sua relação com o ambiente”* (op. cit.: *idem, ibidem*).

Portanto, a **percepção** obtida junto ao universo, percorrendo seu caminho no corpo, resulta numa **ação** ou numa **representação**. Outro conceito trazido por Bergson é a **afecção**, que difere da percepção em natureza e grau, embora praticamente se justapõem: ela não tem um aspecto, digamos, virtual, *“mas uma ação real”* ligada a uma percepção particular (op.cit.: p. 58). O exemplo dado é a da picada de uma agulha, quando *“há uma passagem insensível do contato da agulha à picada”*. A percepção (trazida ao interno) prolonga-se naquele contato sobre nosso corpo como uma *“afecção e, mais particularmente, dor”* (BERGSON, 1999: p. 54).

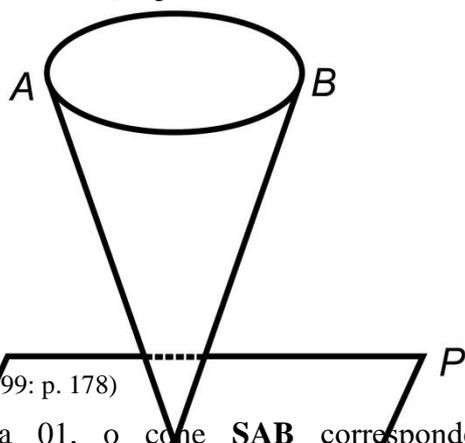
Bergson afirma que existem duas memórias. A primeira, *“fixada no organismo”* corresponderia a um *“conjunto de mecanismos”*, o qual permite uma ação diante de quaisquer *“interpelações possíveis”* do ambiente, sejam *“nascentes”* ou decorrentes de ações já *“sofridas por nós”*, as quais são *“sempre mais ou menos apropriadas”*. Tal tipo de memória seria *“antes hábito do que memória”* e, embora represente *“nossa experiência passada”*, ela *“não evoca sua imagem”* (op. cit.: p. 176 e 177).

O outro tipo de memória seria a verdadeira, a qual, coexistindo com a consciência, *“retém e alinha uns após outros todos os nossos estados à medida que eles se produzem, dando a cada fato seu lugar e conseqüentemente marcando-lhe a data, movendo-se efetivamente no passado definitivo, e não, como a primeira, num presente que recomeça a todo instante”*, mas ambas se fundem, na medida em que *“nunca percebemos outra coisa que não nosso passado imediato”*, pois *“nossa consciência do presente já é memória”* (op. cit.: p. 177),.

Bergson elaborou uma figura para esclarecer melhor suas ponderações (figura 01).

O corpo, movendo-se num corte do universo, é *“o lugar de passagem dos movimentos recebidos e devolvidos”* (BERGSON, 1999: p. 177).

Figura 02 – O cone da memória (Bergson)



Fonte: BERGSON (1999: p. 178)

Na figura 01, o cone **SAB** corresponde “à totalidade das lembranças acumuladas” na memória. A base **AB** se assenta imóvel no passado, mas o vértice **S** (a imagem do corpo), move-se sem cessar, ao mesmo tempo fazendo parte e percorrendo o plano **P** (“representação atual do universo” para a pessoa). Assim sendo, “a memória do corpo, constituída pelo conjunto dos sistemas sensório-motores que o hábito organizou é, portanto, uma memória quase instantânea à qual a verdadeira memória do passado serve de base”, as duas memórias apoiando-se mutuamente (*op. cit.*: p. 179).

Em tal sentido, Bergson classifica como “um homem de ação”, um “impulsivo”, aquele que utiliza, de pronto, numa dada situação, “todas as lembranças a ela relacionadas”; todavia, descarta igualmente, aquelas que considera “inúteis ou indiferentes”. Por outro lado, quem “vive no passado por mero prazer, e no qual as lembranças emergem à luz da consciência sem proveito para a situação atual” seria um “sonhador”. No equilíbrio entre tais extremos residiria o “bom senso, ou senso prático”. (BERGSON, 1999: p. 179).

O pesquisador ou estudioso deve, portanto, procurar distinguir, em seu informante, qual dos estados apontados por Bergson pode influir no que se informa ou depõe: “podemos colher enorme quantidade de informações factuais mas o que importa é delas fazer emergir uma visão do mundo” (BOSI, 2003: p. 19). Vale dizer, deve-se procurar reconstruir, seja uma história de vida, seja uma história de coletividade, com análise do contexto pessoa/fatos em que os informes são colhidos. “A memória se enraíza no concreto, no espaço, gesto, imagem e objeto. A história se liga apenas às continuidades temporais, às evoluções e às relações entre as coisas” (P. Nora, Les lieux de la mémoire, Paris, Gallimard, 1984, vol. I, p. XIX, *apud* BOSI, 2003: p. 16).

CANDAU E HALBWACHES - O FISIOLÓGICO E O COLETIVO

Henry Bergson (1999) afirmou que “não há nem pode haver no cérebro uma região onde as lembranças se fixem e acumulem” (p. 146). Mais modernamente, Joel Candau (2005) traz notícias acerca de pesquisas fisiológicas que dão conta, ao menos, das sedes de processamento das memórias. Ele afirma, acerca do cérebro, no que se relaciona ao nosso assunto:

Se este órgão complexo está longe de ter revelado todos os segredos da memória, as ligações entre certas regiões do cérebro e as aptidões mnésicas específicas foram cientificamente estabelecidas desde meados do século XIX, no seguimento das experiências de Paul Pierre Broca. Na maior parte das vezes, o avanço dos conhecimentos veio da patologia. (CANDAU, 2005: p. 17)

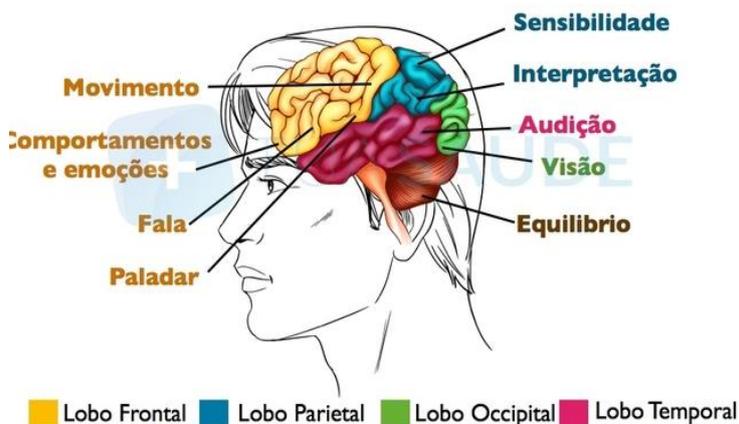
E, adiante, noticia:

Graças às técnicas modernas de obtenção de imagens cerebrais (PET: Tomografia por emissão de positrões; positrões; IRMf: imagens por ressonância magnética funcional), à visualização *in vitro* e não invasiva dos cérebros humanos no decurso de uma atividade cognitiva é possível atualmente saber-se muito mais acerca do funcionamento da nossa memória, mesmo que não sejam ainda totalmente dominados os efeitos de definição (em termos de resolução de imagens). (*op. cit.*: p. 18)

Entre os exemplos de tais avanços estão (*op. cit.*: *idem, ibidem*):

- as bases neurais da nossa memória espacial estão na região do hipocampo e do córtex entorrinal (Fyhn *et al.*, 2004; Leutgeb *et al.*, 2004);
- o hipocampo possui papel maior na memorização, consolidação da memória a curto prazo em longo prazo no córtex cerebral (Edelman e Tononi, 2000: 64);
- há reforço dessa consolidação durante o período de sono (Wagner *et al.*, 2004; Gais *et al.*; Maquet *et al.*, 2000);
- a memória explícita tem base no lobo temporal, córtex pré-frontal e hipocampo;
- a memória de trabalho ocupa áreas das regiões corticais pré-frontais, como córtex cingular anterior, parietal e occipital (Laroche, 2003: 23);
- regiões como a amígdala, cerebelo e gânglios da base operam formas de memória não declarativa (por exemplo, as capacidades motoras e perceptivas, os hábitos).

Figura 03 – Os lobos cerebrais

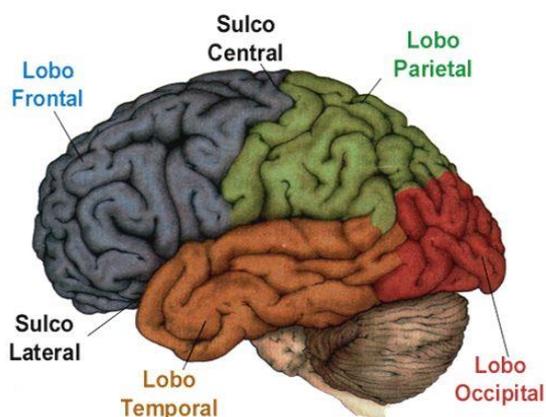


Fonte: <https://www.google.com/search?q=areas+da+memoria+no+cerebro>
referências)

(endereço completo nas

Figura 04 - O córtex cerebral

CÓRTEX CEREBRAL



LOBO FRONTAL: processamentos complexos (cognição, planejamento e iniciação dos movimentos voluntários)

LOBO PARIETAL: área de projeção e processamento somestésico

LOBO TEMPORAL: área de projeção e processamento auditivo.

LOBO OCCIPITAL: área de projeção e processamento visual

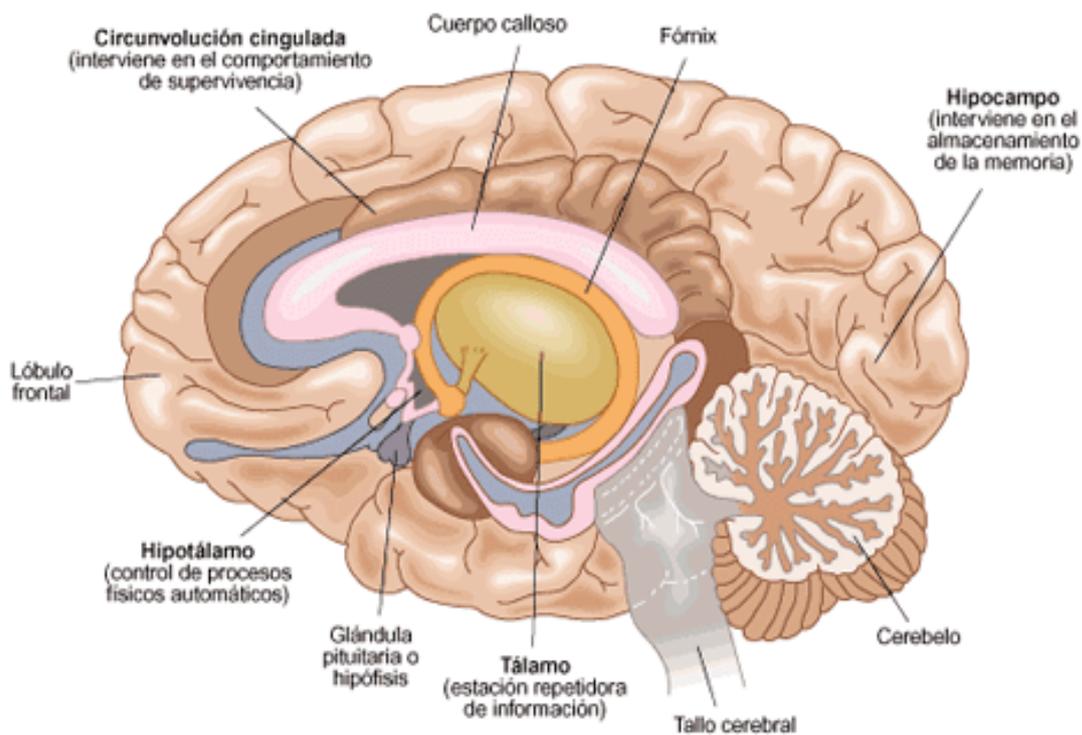
INSULA: fica oculto sob os lobos frontais e temporal

Cada hemisfério é dividido em 5 lobos

Fonte: <https://www.google.com/search?q=areas+da+memoria+no+cerebro> (endereço completo nas referências)

Figura 05 – Corte transversal do encéfalo

Corte transversal del encéfalo



Fonte: <https://www.google.com/search?q=areas+da+memoria+no+cerebro> (endereço completo nas referências)

CANDAU conclui: “*desta apresentação sucinta do suporte anômico da memória deduz-se uma concepção politópica desta faculdade. Existe um grande número de áreas implicadas nos diferentes tipos de memória*” (CANDAU, 2005: p. 18).

Maurice Halbwachs (1877-1945) vem contribuir com nossos estudos, com visões mais sociológicas (HALBWACHS, 2003).

Segundo ele, as lembranças poderiam “*se organizar de duas maneiras*”. Uma delas, quando agrupadas em “*uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista*”. A outra, distribuindo-se “*dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual [as primeiras] são imagens parciais. Portanto, existiriam memórias individuais e, por assim, dizer, memórias coletivas*”, sendo que o indivíduo participa das duas organizações (op.cit.: p. 71).

As duas memórias não se confundem, embora se influenciem mutuamente, podendo a coletiva evoluir autonomamente, adquirindo vida própria num conjunto que não é mais, simplesmente, uma consciência individual. Esta última permanece, todavia, como não poderia deixar de ser, como a base da outra.

Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente. (HALBWACHS, 2003: p. 72).

Embora a memória individual não se confunda com a dos outros, tal como a coletiva ela está “*limitada no espaço e no tempo*”. A memória de um povo não foi experimentada inteiramente por uma pessoa, a qual precisa remeter-se à dos outros ou ao registro de outras memórias. Estas últimas não são memórias do indivíduo, mas é uma “*memória tomada de empréstimo*”. As lembranças históricas marcam profundamente o coletivo (região, grupo, partido político, classe profissional ou uma família) uma vez que “*as instituições foram modificadas por elas*” (op.cit.: *idem, ibidem*).

Diz Halbwachs que, embora se dirijamos, frequentemente, nossa atenção para a memória individual, é inegável que “*frequentemente reintegramos nossas lembranças em um espaço e em um tempo sobre cujas divisões nos entendemos com os outros*”, com referência a datas “*que não têm sentido senão em relação aos grupos de que fazíamos parte*”. (op. cit.: 76).

O coletivo invade o individual e vice-versa, pois “*as obras que transformam as ruas de uma cidade podem ser pensadas de dois pontos de vista diferentes. São fatos singulares em seu gênero, que modificam a existência de um grupo. Entretanto, por outro lado, esses fatos se transformam em uma série de imagens que trespassam as consciências individuais*” (op.cit.: 79).

Quando recordamos a filosofia de Bergson (fls. 04, retro), concluíamos que “se cada indivíduo tem sua própria percepção do universo, enquanto esse universo é um só, torna-se lícito concluir que a memória de uma pessoa pode não corresponder inteiramente à memória de outra”.

Essa conclusão parece confirmar-se, agora, sociologicamente, por Halbwachs:

Uma cena de nosso passado pode nos parecer tal que jamais teremos nada a tirar nem a acrescentar, e nela jamais haverá nada de mais ou de menos a compreender. No entanto, se encontramos alguém que nela estivesse envolvido ou a ela tenha assistido, que a evoca e conta – depois de escutar sua história já não estaremos tão certos quanto antes estivemos de

não podermos nos enganar sobre a ordem dos detalhes, a importância relativa das partes e o sentido geral do acontecimento: é impossível que duas pessoas que presenciaram um mesmo fato o reproduzam com traços idênticos quando o descrevem algum tempo depois. (HALBWACHS, 2003: p. 95 e 96).

A memória individual de um depende da de outros, seja por narrativas individuais específicas, seja pelo registro escrito do que ocorreu. Para o homem, como ser social, faz-se necessária a presença de outras referências pessoais externas, pois é “*difícil conceber como despertaria em uma consciência isolada o sentimento da identidade pessoal, talvez porque nos parece que um homem inteiramente só não poderia se lembrar de modo algum*” (op. cit.: 110).

As lembranças individuais somente fariam sentido, assim, quando apoiadas e referendadas pelas dos outros. Daí, a importância do pesquisador analisar com cuidado um depoimento isolado: sua visão, digamos, externa, não deve prescindir, sempre que possível, ou da procura de outras narrativas ou do apoio em referências concretas que possam apresentar sinais inequívocos de autenticidade. A escolha de informantes e depoentes transforma-se, neste caso, em fator básico de êxito na busca da veracidade dos fatos.

CULTURA, HISTÓRIA, PODER, IDEOLOGIA

Lucilia de Almeida Neves Delgado (2010, p. 17) assinala que:

História, tempo e memória são processos integrados. Todavia, o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da História, visto que se nutre, por exemplo, de lembranças de família, músicas, filmes, tradições, histórias escutadas e registradas. A memória ativa é um recurso importante para transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades. (grifos nossos)

Essa “transmissão de experiências” pode ser interpretada como “cultura”, talvez uma das palavras mais impregnada de polissemia. Dizemos que uma pessoa “tem cultura” (é estudada), que “a cultura do tomate requer a utilização de muitos defensivos agrícolas” (sentido agrícola), que “a cultura nas escolas está uma ‘droga’” (o ensino está péssimo), ou que “essa cultura para drogas está matando a juventude” (vício), etc.

Obviamente, não será em tais sentidos que aqui empregaremos o conceito de cultura.

Stuart Hall (2016: p. 19) confirma que a “*‘cultura’ é um dos conceitos mais complexos das ciências humanas e sociais, e há várias maneiras de precisá-lo*”.

A cultura, como nos interessa, pode ser definida como “*o sistema integrado de padrões de comportamento apreendidos, os quais são característicos dos membros de uma sociedade e não o resultado de herança biológica*” (HOEBEL e FROST, s/d., pp. 03 e 04).

Whitaker e Bezzon (2006, p. 65), também definem:

Cultura deve ser entendida como um complexo estruturado, formado, não só de técnicas e práticas materiais, como também de valores, normas de conduta, juízos, leis, moral, artes e, principalmente, padrões de comportamento, tudo compondo uma trama de símbolos que dá significado às ações dos seres humanos que vivem essa cultura.

Por aí se vê que a memória desempenha papel fundamental na cultura, a qual é a responsável pelo processo de *sociabilização*, que transforma o *animal* humano num *ser* humano.

Os bebês, apesar de não serem humanos, são indivíduos biologicamente *hominizados*, descendentes de populações pertencentes ao gênero *Homo* e à

espécie *Homo sapiens sapiens*. (VIERTLER, 1988, pp. 08 e 09, grifos nossos em negrito)

É em tal sentido que a linguagem é o veículo por excelência de transmissão da cultura, o que não se operaria sem a memória. A cultura, de tal forma, é apanágio do homem, que nela mergulha desde o momento evolutivo em que se vai transformando de símio em ser humano.

O êxito da espécie humana ocorre, por consequência, em função de um diferencial: o homem “*difere dos outros animais por ser o único que possui cultura*” (LARAIA, 1986, p. 24), o que está longe de ser um processo isento de traumas:

O contato com o meio cultural não se faz sem dor. A todo momento, a sociedade é invadida por pequenos bárbaros e a adolescência é o embate maior. O aculturando não recebe passivamente a cultura, mas dialoga com ela, que se vai transformando. O ser vai adquirindo personalidade, havendo uma dialética entre cultura e indivíduo. (WHITAKER, 2012- aula - grifos nossos)

Sem a ação civilizadora da cultura, os homens seriam “*atirados à sabedoria cruel dos seus instintos animais; nem seriam eles os bons selvagens do primitivismo iluminista*” e, então, os seres humanos

[...] seriam monstruosidades incontroláveis, com muito pouco instintos úteis, menos sentimentos reconhecíveis e nenhum intelecto: verdadeiros casos psiquiátricos. Como nosso sistema nervoso central – e principalmente a maldição e glória que o coroam, o neocórtex – crescem, em sua maior parte em interação com a cultura, ele é incapaz de dirigir nosso comportamento ou organizar nossa experiência sem a orientação fornecida por sistemas de símbolos significantes. (GEERTZ, 2008, p. 35).

Se ela nos permite ser civilizados – um dos traços distintivos do ser humano -, deve dar-nos a consciência de espécie, de responsabilidade com as demais, a compreensão de que formamos, todos, num único sistema e que a alteração de uma das partes repercute nas demais. Numa palavra, pertencimento, pois com ela podemos “*cultivar a noção de nossa própria identidade, de quem somos e quem ‘pertencemos’*” (HALL, 2016, p. 21).

Outro campo de importância em termos de memória, logicamente, está a História.

BOSI (2003: p. 13), assinala que não é o passado recente que se ensina na escola. Os fatos do cotidiano (“os microcomportamentos”) são deixados de lado, mas na Idade Média eram objeto da crônica (“anedótica, tecida de pequenos sucessos, de episódios breves da família, de cenas de rua vividas por anônimos”).

Provavelmente, se indagarmos a uma pessoa o que é a História, obteremos como resposta que se trata do registro dos grandes feitos do passado, como forma dominante: “*a narrativa dos acontecimentos políticos e militares, apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis*” (BURKE: 2010, p.17).

Todavia há diversas interpretações do que seja a História.

Haveria uma mais exata? É mesmo importante conhecer o passado?

Há, sem dúvida, várias interpretações da história, nenhuma delas definitiva – mas apenas um passado. E, embora o passado esteja encerrado, há duas razões pelas quais ele é indispensável para que possamos compreender o que vivenciamos hoje e o que há diante de nós amanhã e depois. Primeiro, a atual população mundial corresponde a aproximadamente 7% de todos os seres humanos que já viveram. Há muito mais mortos do que vivos, em outras palavras, 14 para 1, e ignoramos a experiência acumulada de uma enorme maioria da humanidade por nossa conta e risco. Segundo, o passado é, com efeito, nossa única fonte de conhecimento confiável sobre o presente efêmero e os vários futuros à nossa frente, só um dos quais irá de fato acontecer. A história

não é apenas como estudamos o passado; é também como estudamos nosso próprio tempo.” (FERGUSON, 2012, pp. 17 e 18).

A História é, portanto, memória e, muitas vezes, encontra-se perdida.

Sobre a importância da tradição oral, BOSI (2003: p. 15) assinala:

A memória oral é um instrumento precioso se desejarmos constituir a crônica do cotidiano. Mas ela sempre corre o risco de cair numa “ideologização” da história do cotidiano, como se esta fosse o avesso oculto da história política hegemônica.

Foram historiadores franceses que reconheceram como tópicos históricos aquilo que “anteriormente não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos”, etc. (BURKE, org., 2011, p. 11).

Trata-se da assim chamada Escola dos Annales, que floresceu entre 1929 e 1989, quando se passou a dar ênfase também às chamadas histórias subalternas a chefes militares e reis, introduzindo, assim, o que se convencionou denominar “Nova História”.

Impõe-se, aqui, o fato de que aquelas que, anteriormente, poderiam ser consideradas histórias “menores” passam, também, a protagonistas, como forma de importante de estudar o passado, entender melhor o presente e tentar projetar o futuro.

Retornando, assim, à citada afirmação de FERGUSON (2012, pp. 17 e 18), compreende-se que a história das cidades, incluindo, portanto, sua memória coletiva, adquire grande importância, até porque se não colhermos os depoimentos daqueles que vivenciaram o passado recente, e.g., o século passado, corre-se o risco de perder muita experiência acumulada.

Deve ser com extremo cuidado, assim, que devemos abordar depoimentos e relatos de memória oral, conscientizando-nos de que construímos não o “avesso ideológico” da história hegemônica, mas uma outra espécie de história, tão importante quanto.

A memória também encontra guarida nos estudos sobre o poder.

Poderíamos tomar a acepção do termo num dicionário e verificaríamos uma extensa variante de significados. Todavia, filosófica e sociologicamente, há importantes questões a serem consideradas.

Vejamos algumas situações.

Quando estacionamos o carro num determinado lugar, pode ocorrer, por exemplo, que: a) – um passante nos advirta que, ali, é comum o roubo de carros ou b) – um guarda se aproxime e determine que retiremos o veículo dali, pois é proibido estacionar em tal lugar.

São ambas situações de poder, quase que opostas (uma de sugestão, outra de coerção) com implicações de memória: recordações de experiências passadas atuam fortemente em nossa decisão.

Uma definição aceitável de poder pode ser encontrada em NAÍM (2013, pp. 35/6): *“Poder é a capacidade de dirigir ou evitar ações futuras de outros grupos e indivíduos. Ou, dito de outra forma, poder é aquilo que exercemos sobre os outros para que tenham condutas que, de outro modo, não adotariam”* (grifos no original).

Evidente que, em tal sentido, haveremos de utilizar a memória comum de experiências coletivas sobre consequências se violarmos a norma imposta.

Por isso que a “força não significa necessariamente a posse de meios violentos de coerção, mas de meios de influir no comportamento de outra pessoa” (LEBRUN, 1984, p. 11 e 12). A força seria a “canalização da potência, é a sua determinação”, sendo potência “toda oportunidade de impor a sua própria vontade, no interior de uma relação social” (LEBRUN, 1984: p. 12).

Por outro lado, já em sua época, Aristóteles admitia um “sintoma patológico” no exercício do poder político, qual seja que “*devido às vantagens materiais que se tira dos bens do Estado ou que se alcança pelo exercício da archein⁴, os homens desejam permanecer continuamente em suas funções*” (Política, Livro III, cap. 6, *apud* LEBRUN, 1984: p. 26). Suas percepções de memória no uso do poder, os induzem a continuar a experimentá-lo.

Poder, portanto, seria entendido como uma assimetria de influências entre dois grupos, ou entre uma pessoa e um grupo (ou vice-versa), principalmente por força do conhecimento – guardado na memória.

GIDDENS (1991: p. 54) afirma que a “*apropriação do conhecimento não ocorre de uma maneira homogênea, mas é com frequência diferencialmente disponível para aqueles em posição de poder, que são capazes de colocá-lo a serviço de interesses seccionais*”. Ora, se assim é, a parte mais forte na assimetria do poder tenderia a possuir conhecimento mais abrangente e profundo do que a parte mais fraca.

Parece não restar dúvidas de que o poder, em tempos de pós-modernidade (já que a modernidade não trouxe o que prometia, ou seja, a solução de nossos problemas por via do conhecimento científico e da tecnologia) é fator a ser considerado quando se trata de memória coletiva.

Exemplificadamente, no episódio dos Britos, em Araraquara (SP), o poder induziu os acontecimentos (Rosendo Brito desafiava o poder político local), o seu desdobramento (assassinato do Coronel Antônio J. de Carvalho), encenou uma “solução” (atribuir ao “povo” o linchamento, quando se tratava de empregados da família), criou um cenário de impunidade aos poderosos (transferiu-se a sede da comarca para Américo Brasiliense, com um júri escolhido a dedo e longe da população da cidade de Araraquara) e, finalmente, parece ter influído para o “esquecimento” do caso.

Também o termo ideologia apresenta elevada polissemia. A ideologia surge das relações de poder, num plano diferente da cultura:

Todos os processos de dominação, de poder, não são processos de cultura, mas de ideologia, embora haja quem a considere como parte da cultura. A ideologia é um processo de poder, que pode interseccionar com a cultura. Esta última é prazerosa, lúdica. (WHITAKER, 2012 - aula).

Os homens produzem ideias e representações para entender e explicar sua vida individual, social, relações com a natureza e o sobrenatural. Tais explicações são produzidas pelos dominantes para preservar o poder, ocultando a realidade da formação dessas relações e das dominações econômica e política que estão ocorrendo. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia, pela qual os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e dominação, fazendo-as parecer verdadeiras e justas. (CHAUÍ, 2008, p. 23 a 25).

Em resumo, se a ideologia obtém sua força da luta de classes, com o domínio de uma sobre as outras, é porque oculta a existência dessa dominação e dessa luta. A classe dominante utiliza-se de dois instrumentos: a ideologia e o Estado, este montado como um aparato de poder sobre a sociedade, pois se a dominação é “legal”, ela deverá ser acatada. A função da ideologia é fazer com que “*o legal apareça para os homens como legítimo, isto é, como justo e bom*” (CHAUÍ, 2008, p. 86 e 87).

Paul Ricoeur (2012: p. 93), discorrendo sobre a memória manipulada, refere-se ao que denomina “*abusos, no sentido forte do termo, que resultam de uma manipulação concertada da memória e do esquecimento por detentores do poder*” (grifamos). E adverte

⁴ De “*arché politiké*”, “o princípio e direção da Pólis”, a cidade grega. (LEBRUN, 1984: p. 16).

que o “*embargo da memória, insiste Todorov⁵, não é especialidade dos regimes totalitários apenas; ele é o apanágio de todos os devotos da glória*” (op.cit.: p. 98).

Recriar uma memória coletiva acerca dos fatos do poder, tanto em termos absolutos, como particularmente na seara política, deve estar presente nas preocupações do estudioso dos fatos sociais.

ESQUECIMENTO

Ecléa Bosi (2015, p. 46), ao discutir aspectos da memória, afirma, a respeito do enriquecimento da percepção, que esta seria “*o mero resultado de uma interação de ambiente com o sistema nervoso*”, entrando igualmente “*no jogo perceptivo: a lembrança que ‘impregna’ as representações*” (grifos no original). E registra que “*pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência*” (op.cit: p. 47 – grifos no original).

Portanto, não se pode discorrer acerca de memória, sem se referir ao esquecimento.

WHITAKER (2010: p. 12) registrou que a “*destruição de registros, prática comum no passado, baseada em argumentos hipócritas de que se precisava proteger a reputação do país*” e que “*o esquecimento acontece muito mais por processos e motivos ideológicos, do que por espontâneos movimentos da memória coletiva*”.

E acrescenta:

A função do esquecimento, na maioria dos casos, é de impedir tomadas de consciência que derrubariam barreiras e colocariam reivindicações indesejáveis para as classes dominantes. Ou seja, o esquecimento, nesses casos, é um instrumento de poder. É muito recente no Brasil, a consciência da preservação e restauração dos monumentos históricos. Muitos deles, porém, são destituídos de significados, já que não existe a preocupação de inseri-los no quadro histórico que lhes daria sentido. Não esquecer que os heróis populares raramente são homenageados com qualquer menção. Onde estão as estátuas de Zumbi ou do “almirante negro”, por exemplo? (op. cit., pp. 12 e 13 – grifos nossos)

O que se entende por esquecimento adquire várias acepções e, como experiência pessoal pode ser explicada como uma artimanha do cérebro para obter mais espaço:

Segundo o professor Ivan Isquierdo um grande neuroquímico do Rio Grande do Sul, cujos textos de divulgação científica têm sido para mim altamente inspirados – a nossa memória se defende da sobrecarga pelo esquecimento. Em entrevista fornecida à *Revista da FAPESP*, em 2004, o professor explica, em diferentes momentos, porque o esquecimento é necessário e benéfico à própria memória. Fala inicialmente sobre a extinção, processo por meio do qual, ***as memórias não se perdem: são escanteadas para um lugar menos acessível do cérebro.*** Segundo suas explicações, elas ficam anuladas pela imposição de um aprendizado novo em cima do anterior. (op. cit.: 129) [grifos no original.]

O esquecimento, como fenômeno social pode ser entendido como o esmaecer de memórias importantes na trajetória histórico-cultural de uma comunidade. Se aí houver intenção de “desocupar espaço” tanto poderia ser por motivos ideológicos ou por desconhecimento do que representam certos marcos culturais. O resgate de tais fatos ou marcos tem, igualmente, a vantagem de valorizar aquelas pessoas que vivenciaram a história e o destino de tais referências.

A primeira medida prática seria resgatar, do passado, a valorização da sabedoria dos mais velhos, que já foi tão intensa antes da modernização do país. Esta

⁵ Tzvetan Todorov, *Les Abus de la mémoire*, Paris, Arléa, 1995, apud DICOEUR, 2012: p. 98, nota 40.

medida é fundamental para elevar a autoestima dos idosos, oprimidos, muitas vezes, por suas dificuldades em lidar com as modernas tecnologias. (WHITAKER, 2007, p. 154)

Uma das funções do pesquisador social seria, pois, traçar a fronteira entre os motivos ideológicos, daqueles oriundos do desconhecimento.

CONCLUSÕES

A ação praticada depende da manutenção, na memória, de estímulos externos, para uso posterior. Cortar-se com uma folha de papel e não com uma faca, por exemplo, faz parte da memória, uma percepção que se transforma em representação e, não necessariamente, numa ação, sendo que tanto a ação como a representação “*estariam ligadas ao esquema geral corpo-ambiente: positivamente, a ação; negativamente, a representação*” (BOSI, 1994: p. 45).

Para Bergson, esquematicamente, com a passagem do tempo, há uma área que “*conserva*” as representações, área que vai sendo alimentada pelas percepções, e “*a memória é essa reserva crescente a cada instante e que dispõe da totalidade da nossa experiência adquirida*” (op.cit., p.47).

Halbwachs, por seu lado, abordando a questão da memória também em termos da história, como se viu, afirma que não “*a devemos entender*” como “*uma sucessão cronológica de eventos e datas, mas tudo o que faz com que um período se distinga dos outros*” (2003; p. 79) e se desejarmos debruçar-nos sobre a memória coletiva, devemos observar, por exemplo, como notamos, que “*as obras que transformam as ruas de uma cidade podem ser pensadas de dois pontos de vista diferentes*”: como “*atos singulares*”, que “*modificam a existência do grupo*”; ou “*uma série de imagens que trespassam as consciências individuais*” (Halbwachs, 2003: p. 79).

Já Candau (2005) situa, com base em diversos autores, as localizações das operações de memória no cérebro: a espacial, “*na região do hipocampo e do córtex cerebral*”; a memória explícita “*baseia-se principalmente no lobo temporal, o córtex pré-frontal e o hipocampo*”; a memória de trabalho ocorre em “*áreas das regiões corticais pré-frontais tais como os córtex cingular anterior, parietal e occipital*”; memórias não declarativas, como “*capacidades motoras e perceptivas, os hábitos*” ocorrem nas regiões do cérebro como “*amígdala, cerebelo e gânglios da base*”, existindo uma “*lateralização hemisférica das nossas capacidades memoriais*” (CANDAU, 2005: p. 18).

A memória, embora possa ter por base os sentidos, armazena-se no cérebro e por ele é processada. Afecções e percepções não interessam diretamente, ao menos no sentido de que não representam imagens, mas experiências quotidianas, aptas ao desenrolar normal da vida. Todavia, as recordações representam papel fundamental na individualidade. Esta última, por sua vez, reforça-se através do apoio de outras memórias individuais, resultando, em suma, no sentido do pertencimento.

As memórias individuais experimentadas devem ser consideradas como memórias primárias. Mas elas são enriquecidas não só pelo referenciamento a memórias individuais experimentadas concomitante ou contemporaneamente por outros, mas também por aquelas memórias que poderíamos rotular de secundárias: livros, jornais, revistas, aulas, mídias.

Acreditamos ter restado claro, entretanto, que a complexidade da memória há de exigir, sempre, um preparo especial de quem deseja operar com ela em seus estudos, pois “*a fonte oral sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa*”. (BOSI, 2003: p. 20).

Encontramo-nos, atualmente, “condenados pelo sistema econômico à extrema mobilidade, perdemos a crônica da família e da cidade mesma em nosso percurso errante”. O que nos é perigoso, pois “o desenraizamento é condição desagregadora da memória”. (Op. cit.: p. 27 e 28).

Já se disse que cada homem é um milagre que nunca mais se repete. Suas memórias também.

REFERÊNCIAS

- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. 2ª e. Martins Fontes: São Paulo, 1999
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade – Lembranças de velhos**. 18ª e. Companhia das Letras: São Paulo, 1994.
- _____. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. 3ª e. Ateliê Editorial: São Paulo, 2003.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales 1929-1989**. Editora UNESP: São Paulo, 2010.
- CANDAU, Joel. *Antropologia da Memória*. Instituto Piaget: São Paulo, 2005
- CHAUI, Marilena. **O que é Ideologia**. 2ª e. (9ª reimpressão). Brasiliense: São Paulo, 2008.
- CODO, Wanderley. **O que é alienação**. Nova Cultural/Brasiliense: São Paulo, 1986.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral – Memória, tempo, identidades**. 2ª e. Autêntica Editora: Belo Horizonte, 2010.
- FERGUSON, Niall. **Civilização – Ocidente X Oriente**. Editora Planeta: 2012, São Paulo.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Editora LTC: Rio de Janeiro, 2008.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Editora UNESP: 1991, São Paulo.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Centauro Editora: São Paulo, 2003.
- HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Editora PUC Rio: Rio de Janeiro, 2016.
- HOEBEL, E. Adamson, e FROST, Everett L. **Antropologia Cultural e Social**. Cultrix: São Paulo, [s.d.].
- LEBRUN, Gérard. **O que é poder**. Abril Cultural/Brasiliense: São Paulo, 1984.
- NAÍN, Moisés. **O Fim do Poder**. 1ª reimpressão. Texto Editores: São Paulo, 2013.
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. 5ª reimpressão. Editora da Unicamp: Campinas (SP), 2012.

- TOSH, John. **A Busca da História.** *Objetivos, métodos e as tendências da história moderna.* Editora Vozes: Petrópolis (RJ), 2011.
- VIERTLER, Renate Brigitte. **Ecologia Cultural.** *Uma Antropologia da Mudança.* Editora Ática: São Paulo, 1988.
- WHITAKER, Dulce C.A. **Histórias não Reveladas.** Letras à Margem: Presidente Venceslau (SP), 2004.
- _____ e BEZZON, Lara A. Crevelaro. **A Cultura e o Ecossistema,** *reflexões a partir de um diálogo.* Alínea: Campinas (SP), 2006.
- _____. **Envelhecimento e Poder.** Alínea Editora: Campinas (SP), 2007.
- _____ *et al.* **O Caleidoscópio da memória e suas miríades** (Introdução, pp. 11 a 15). In “Ideologia & Esquecimento” (Whitaker, D.C.A, Fiamengue, E.C. e Velôso, T.M.G, organizadoras). Letras à Margem: Presidente Venceslau (SP), 2010.
- _____. **Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.** Aula sobre Conhecimento Científico. UNIARA: Araraquara (SP), 27.04.2.012.

INTERNET

https://www.google.com/search?q=areas+da+memoria+no+cerebro&tbm=isch&tbs=rimg:CVmiC5-XLWzZljg8cxb0QlxPdJaRmxxGYe4hgz4tl8zF5vkLW40noLrzmDKEgaXcEq7dcaH40liBx1vo8to0Zc3h7yoSCTxzFvRAjE90EdkcKuK7XZPeKhIJpGbHEZh7iERP64U9N8oUCcqEgnODi2XzMXm-RFt6f-drOivFioSCQtbjSeguvOYEbppeljWpidgKhIJMoSBpdwSrt0Rf8HnMHeV7Z4qEglxofjQiIHHWxF6_1hnSbHbt-SoSceJy2jRlzeHvEVvPms1xa2om&tbo=u&sa=X&ved=2ahUKEwjyjuXhm6HbAhULjZAKHW7rDBsQ9C96BAgBEBg&biw=1366&bih=662&dpr=1#imgdii=Uyo0-B_FZeMc9M:&imgsrc=dWrw-snKXzoSYM:

Acesso em 20.05.2018